

# de Ignacy Sachs, La troisième rive: à la recherche de l'écodéveloppement

A terceira margem: à procura do ecodesenvolvimento

(Paris: Bourin Éditeur, 2007)

*Valéria Gentil<sup>1</sup>*

O presente volume é uma espécie de biografia profissional e pessoal de Ignacy Sachs, um dos mais conhecidos sociólogos e economistas de nossa época. Cientista de renome internacional, Sachs foi um dos primeiros a elaborar o conceito do ecodesenvolvimento, tido como um crescimento econômico no contexto do desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente. Contrário a todo e qualquer dogmatismo político ou econômico, capitalista ou socialista, Sachs se encontra, de certa forma, numa “terceira margem” (vide o título do livro), a das soluções concretas, realistas e cientificamente fundamentadas.

A biografia de Ignacy Sachs é quase cinematográfica. Nascido em 1927, numa família judaico-polonesa, ele passa a infância em Varsóvia. No início da Segunda Guerra Mundial, sua família vai à Romênia e, de lá, à França, para se salvar do genocídio nazista. Após a ocupação da França pelas tropas alemãs (1940), Sachs e seus pais atravessam, iguais a muitos outros refugiados, a Espanha e Portugal e embarcam num navio português rumo ao Rio de Janeiro. Assim começa o período brasileiro de sua vida, que durará cerca de 14 anos.

Ao terminar o Colégio Pasteur, apelidado de “pequena França”, Sachs chega a dar aulas de português, aritmética e latim aos imigrantes poloneses e depois se torna funcionário do consulado polonês no Rio de Janeiro. Contratado pelo serviço cultural da embaixada polonesa, ele participa ativamente do desenvolvimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Polônia, conhece vários intelectuais e artistas brasileiros (Graciliano Ramos, Jorge Amado, Cecília Meireles e Cândido Portinari, entre outros), redige, com a ajuda de sua mulher Viola, um dicionário polonês-português, que será publicado, anos mais tarde, em Varsóvia. Formado em economia por uma faculdade privada do Rio, casado e pai de dois filhos nascidos no Brasil, Sachs decide voltar à Polônia em 1954. Sachs explica a sua decisão.

Não queria retornar à Polônia por causa das minhas raízes polonesas nem em nome de qualquer patriotismo que seja, mas porque me tornara um

1. Especialista em Metodologia Quantitativa - Fafich/UFMG  
Mestre em Política e Gestão Ambiental - CDS/UnB  
Doutoranda em Política e Gestão Ambiental - CDS/UnB

socialista convencido, um internacionalista. Para mim, estava bem claro que era preciso voltar à Polônia. Era ali que eu podia ser mais útil (...) que no Brasil. Na minha mente, eu estava voltando a um país socialista e não à minha pátria

Uma vez em Varsóvia, Sachs começa a trabalhar no Instituto polonês das relações internacionais, lança alguns livros sobre a América Latina e, apoiado pelo célebre economista Michal Kalecki, ganha vasta projeção como um dos primeiros especialistas em “economias em desenvolvimento” da Polônia socialista. Novamente, a serviço da embaixada polonesa, ele passa três anos (1957-1960) na Índia, onde aprofunda seu conhecimento político e econômico do “terceiro mundo” e defende, na Escola da Economia de Delhi, a tese de doutorado que será publicada na própria Índia, na Polônia, no Brasil e no Egito, mas recusada pelas editoras da URSS por motivos ideológicos.

De volta à Polônia, Sachs é nomeado professor da Escola de planificação e estatística e conselheiro do Ministério do Comércio Exterior, visita diversos países (Suíça, Nigéria, Turquia, Holanda, Chile, México), participa da elaboração das resoluções estratégicas do governo polonês. Apesar de “autoridade intelectual” conhecida mundo afora, ele é acusado de “revisionismo pequeno-burguês” e, na atmosfera do antissemitismo oficial que domina a Polônia, em fins da década de 60, forçado a deixá-la em 1968.

Acompanhado por sua esposa e três filhos (a filha mais nova nasceu durante sua estada na Índia), o cientista desterrado parte para a França, instala-se em Paris, que chamará de “cruzamento dos mundos”, e começa a ensinar na Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais (EHESS, sigla em francês), cujo diretor, famoso historiador Fernand Braudel, é seu amigo.

Desde então, a reputação de Sachs nos meios intelectuais do mundo inteiro é inabalável. Ele participa dos mais importantes fóruns internacionais sobre o desenvolvimento socioeconômico e as questões ecológicas: I Colóquio Internacional sobre o meio ambiente em Tóquio (1970), Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente em Estocolmo (1972), Encontro em Cocoyoc (1974), Conferência Mundial no Rio de Janeiro (1992) e outros eventos do mesmo porte; é convidado, como perito e consultor pelos governos e organismos internacionais (Conselho Nacional das ciências e da tecnologia do Peru, PNUD, FAO, Fundação Internacional para um outro desenvolvimento – Fipad, Ministério do meio ambiente do Brasil), faz palestras em numerosas universidades, inclusive na da ONU, organiza o Centro de estudos sobre o Brasil contemporâneo em Paris, chega a conhecer pessoalmente Maurice Strong, Serge Antoine, Fernando Henrique Cardoso, Clemens Heller e outros grandes políticos e intelectuais do século XX.

Os livros de Sachs *A Descoberta do terceiro mundo* (1971), *Estratégias do eco-desenvolvimento* (1980), *O Ecodesenvolvimento: estratégias de transição para o XXI século* (1993) são traduzidos, lidos e discutidos em dezenas de países. Tanto o Brasil, “terra das pesquisas”, quanto a Índia, “terra da inspiração”, têm constituído, ao longo dos anos, o seu campo das atividades científicas...

Na parte final do livro, Ignacy Sachs resume sua doutrina do ecodesenvolvimento. As estatísticas indicam, diz ele, que aproximadamente metade da humanidade vive, hoje em dia, nas cidades e a outra metade, no campo – um pouco mais de três bilhões de uma parte e da outra.

Nos próximos cinquenta anos, a população mundial há de crescer cerca de 50%. Se a população rural continuar estagnada, sem absorver certa parte do crescimento demográfico, será preciso dobrar, num prazo de mais ou menos 50 anos, a capacidade das cidades, alojar nelas três bilhões de novos cidadãos, assegurar-lhes um trabalho decente, moradias razoáveis e, afinal de contas, condições de exercício real da cidadania. Sem isso, eles não serão urbanizados – afirma Sachs e, logo em seguida, questiona: instalá-los nas favelas e condenar a desperdiçarem seu potencial humano em fabricar estratégias de sobrevivência? – Não! É melhor nos rendermos ao evidente. A implantação de um novo ciclo do desenvolvimento rural aparece, pois, como um imperativo social.

O imperativo social, na opinião do cientista, vem acompanhado pelo imperativo ecológico. Os camponeses poderão prestar vários serviços ambientais, preservando as riquezas naturais e questionando acerca dos recursos de que depende a existência da humanidade – solo, água, floresta e, por extensão, clima. Obviamente, será necessário incentivá-los e remunerar suas funções, a começar pelas garantias de acesso dos camponeses à terra e aos recursos naturais de que eles precisarem para assegurar sua existência. Caso contrário, prisioneiros de um sistema injusto, os camponeses se virão obrigados a apropriar-se, de maneira violenta, de um mínimo de recursos necessários para a sobrevivência ou então a mudar-se para as favelas urbanas.

Não basta dizer que o desenvolvimento rural é necessário, prossegue Sachs, ainda é preciso mostrar que é possível! Numerosas opiniões céticas surgem a respeito do potencial da civilização moderna de biomassa. Elas continuam a concentrar-se num conceito de modernidade demasiadamente ligado à vida urbana e às altas tecnologias, que dizem muito mais à imaginação que os progressos da biotecnologia aplicados à agricultura e à química verde.

Essa modernidade se espelha em florestas de arranha-céus erguidas a um custo exorbitante em Xangai e outras metrópoles dos países emergentes, bem como noutras proezas técnicas tão espetaculares quanto vãs. Não se trata, porém,

de fazer da “civilização do vegetal” uma panaceia nem um tema exclusivo de pesquisas científicas, declara Sachs; trata-se de desacelerar o êxodo rural e, ao mesmo tempo, de humanizar o campo, encontrando novos equilíbrios demográficos, sociais, ecológicos e culturais entre os diferentes pontos do dilema cidade-campo.

Portanto, é necessário melhor avaliarmos o potencial e os limites das novas civilizações do vegetal, dando-nos conta de que essa é uma tarefa para décadas de pesquisa. Resume o cientista:

No estágio em que nos encontramos, limito-me a formular a hipótese de que uma outra modernidade com fortes componentes rurais, em boa parte fundada na utilização da energia solar captada pela fotossíntese, seja possível e desejável, pois ela responde, de uma vez, aos imperativos sociais e ambientais.

Por último, cumpre-nos avaliar até que ponto os espaços cultiváveis de nosso planeta e os recursos hídricos disponíveis permitem avançarmos na produção de diferentes biomassas, sem que o princípio da segurança alimentar seja posto em perigo. Sachs concentra a atenção no problema da agroenergia, cujo futuro dependerá, a seu ver, de nossa capacidade de transformar em biocombustíveis os resíduos agrícolas e florestais, de transformá-los em riquezas potenciais.

Tudo nos leva a crer, enfatiza Sachs, que estamos prestes a conseguir isso. Trata-se do etanol dito “celulósico”, isto é, obtido por meio da hidrólise enzimático da celulose. A agroenergia deve ter um excelente futuro, contanto que sejam respeitadas três condições fundamentais. Primeiramente, é preciso avaliarmos as diferentes opções sob o ângulo da eficiência energética: enquanto a eficiência do etanol produzido a partir da cana de açúcar ultrapassa 8 – ou seja, uma unidade de energia fóssil produz oito unidades de bioenergia –, a do etanol produzido a partir do milho nos EUA não ultrapassa 1,4; daí a questão se vale a pena utilizá-lo. Além disso, é preciso integrarmos a substituição das energias fósseis pelas bioenergias nas estratégias energéticas, cujo maior problema é a redução da demanda de energia com base em mudanças consideráveis nos estilos de desenvolvimento, de consumo e de vida em geral. Finalmente, não se deve esquecer dos outros bioprodutos, aumentando a quantidade e a qualidade deles.

Sem compartilhar o pessimismo de alguns dos seus colegas, achando que a humanidade está prestes a passar os extremos limites do consumo e, conseqüentemente, da destruição dos recursos naturais não renováveis, Sachs lança o conceito de “desenvolvimento inclusivo”, isto é, desenvolvimento socioeconômico nos interesses de toda a humanidade, que se opõe ao “desenvolvimento exclusivo e concentrador de riquezas”, próprio da América Latina.

“O que dizer a respeito do crescimento econômico que se faz aprofundando as desigualdades sociais?” – pergunta Sachs, citando, como exemplos, o “milagre brasileiro” na época da ditadura militar e a China contemporânea a derivar rumo a um autoritarismo pós-socialista. O cientista faz uma análise minuciosa do sistema político internacional (a FAO que ficou calada durante vários anos sobre um tema primordial para ela: as reformas agrárias; o PNUD cujos recursos financeiros são insuficientes para concorrer com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional; o Banco Mundial em si cujos presidentes costumam ser designados pela Casa Branca; a Universidade das Nações Unidas que não soube aproveitar as vantagens da total liberdade científica que lhe conferem seus estatutos, etc.) e chega à conclusão de que o aparelho da ONU precisa de uma reforma abrangente. “Tenho o sentimento de um considerável desperdício de esforços e recursos, (...) da multiplicação de conferências mundiais cujos planos de ação saem raramente do papel” – argumenta Sachs. – “Os três decênios de desenvolvimento que se sucederam a partir dos anos 1960 foram saldados por um fiasco”.

Na opinião do autor, são perigosos os casos em que a ONU promove um programa de ações que, mesmo cumprido integralmente, constitui apenas um pequeno passo na direção certa, penhor de boas intenções, mas de maneira alguma a solução do problema. Para ilustrar essa situação, Sachs menciona o Protocolo de Kyoto, o qual garante, na melhor das hipóteses, uma redução das emissões de gases de efeito estufa correspondente a um décimo do que deveria ser feito para evitar o aquecimento excessivo do planeta, e faz uma pergunta irônica: “Uma ponte só se torna uma ponte ao juntar as duas margens de um rio... Faz sentido falar em 10% de uma ponte?” Se realmente queremos evitar as mudanças irreversíveis do clima com consequências catastróficas para certos países, adverte ele, precisamos reduzir as emissões desses gases a 60% e não a 6%: a política dos pequenos passos não nos salvará!

Entre outras medidas, Sachs propõe a ampliação do Conselho de Segurança da ONU que deveria incluir não só a Índia e o Japão, mas também a Alemanha, o Brasil e a África do Sul (ou a Nigéria), a criação de uma espécie de “Comitê de sábios” que goze de uma autoridade moral infalível e produza relatórios periódicos sobre a condição do mundo, a participação da sociedade civil organizada de diversos países nas atividades estratégicas da ONU.

Ao mesmo tempo, o cientista examina o aspecto financeiro desse sistema intergovernamental, salientando o fato de que, atualmente, o Secretário Geral das Nações Unidas se vê obrigado a pedir dinheiro às potências mundiais cada vez que uma urgência política ou uma catástrofe natural tornarem necessária uma intervenção da ONU. “É demais implantar um imposto universal de 1 por

1000 do PIB global, isentando dele os países mais pobres?” – questiona Sachs.

Daqui a pouco, terei 80 anos, termina o cientista seu livro, mas não tenho a intenção de “amarrar minha canoa”. Como o herói de um conto de João Guimarães Rosa, eu continuarei a navegar à procura da terceira margem cujas paisagens sociais sejam harmoniosas, de onde tenham desaparecido as polaridades e exclusões, o ódio e a violência observados nas duas margens (a capitalista e a do real socialismo) do longo e não tão tranquilo assim rio da minha vida.